

Emenda dá mais recursos a municípios

Com a alteração constitucional, o Fundo de Participação passa a ser composto por 23,5% da arrecadação do governo federal com dois tributos: o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

Célio Azevedo



Entre o presidente e o 1º secretário da Câmara, Renan Calheiros (C) participa da sessão solene em que as Mesas das duas Casas do Congresso promulgam as emendas constitucionais

Os municípios ganharam um reforço no caixa. Em sessão solene do Congresso, as Mesas da Câmara e do Senado promulgaram emenda constitucional que aumenta em um ponto percentual os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios. Também foi promulgada alteração constitucional permitindo que as crianças nascidas no exterior, com mãe ou pai brasileiro, tenham nacionalidade brasileira. **Página 3**

O rádio digital pode aumentar o número de emissoras no país, conforme previsão de Marcelo Bechara, do Ministério das Comunicações. Ele foi um dos participantes de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia. **Página 6**

Informalidade ameaça agências de turismo

Em audiência no Senado, representante do governo afirma que Executivo não dispõe de instrumento para coibir irregularidades cometidas por agências. **Página 2**

Conselho vai examinar representação

O Conselho de Ética deve examinar a quarta representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, conforme decisão da Mesa da Casa. Ontem, Renan disse que não se sente constrangido com a obstrução que os opositores vêm fazendo às votações no Plenário. **Página 4**

Senadores analisam saída de 6 milhões da linha da pobreza

Pesquisas animam Suplicy e Casagrande. Marconi Perillo diz que Lula colhe o que FHC plantou, e César Borges lamenta desigualdade regional. **Página 5**

Brigadeiro é aprovado para diretor da Anac

Sabatinado pela Comissão de Infra-Estrutura, Allemander Pereira afirma que segurança deve ser dogma da Anac. **Página 7**

José Cruz



Wellington Salgado (3º à dir.) preside audiência sobre o rádio digital

José Cruz



Marconi (ao microfone) e Delcídio (D) na sabatina de Allemander (2º à esq.)



Projeto que define responsabilidades das agências de viagem recebe apoio de representantes do setor e ressalva de órgão de defesa dos consumidores

Audiência aponta necessidade de formalizar agências de turismo

A informalidade das agências de turismo, que vem crescendo em razão de atividades realizadas por meio da internet, foi apontada ontem – em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) – como um dos grandes problemas do setor. A reunião, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi realizada com o objetivo de instruir a votação do projeto que define as obrigações e responsabilidades das agências de viagem e turismo, bem como as sanções penais a que estão sujeitas em caso de descumprimento dos dispositivos da proposta (PLC 22/03).

Segundo o coordenador dos programas de turismo do Ministério do Turismo, Ricardo Moesch, o governo não dispõe, ainda, de instrumentos eficientes para tipificar muitas irregularidades cometidas por agências de turismo e de viagens sem registro nem seriedade.

Pedro Vieira Abramovay, do Departamento de Defesa e Proteção

ao Consumidor do Ministério da Justiça, criticou artigo do projeto que isenta as agências por atos realizados por prestadores de serviços, cujas atividades estejam sujeitas a legislação especial ou a tratados internacionais assinados pelo Brasil. Conforme ele, o artigo contraria o princípio de “responsabilidade objetiva e solidária” do Código dos Direitos do Consumidor. O presidente do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), João Pereira Martins Neto, e Paulo Wiedmann, assessor jurídico da

Abav, apoiaram o projeto.

– A proposta disciplina as condições atuais do mercado, evitando que o consumidor possa ser enganado por aventureiros – disse Martins Neto, garantindo que cerca de 98% das agências são pequenas e microempresas sérias.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator do projeto na CDR, afirmou que os brasileiros gastam US\$ 5,7 bilhões no exterior, por ano, mas o país arrecada apenas US\$ 3,8 bilhões com turistas estrangeiros, e que é preciso inverter essa equação.



Paulo Wiedmann, Ricardo Moesch, Lúcia Vânia, Pedro Abramovay e João Martins Neto

Raupp teme atraso em leilão para obras de hidrelétrica



Raupp afirma que cronograma precisa ser cumprido para evitar apagão

Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou ao governo para que não permita atrasos na data do leilão da obra da hidrelétrica de Santo Antônio, uma das duas usinas projetadas no rio Madeira.

Segundo o senador, o edital de leilão estipula a data de 22 de novembro próximo, e qualquer pequeno atraso no processo poderá acarretar graves repercussões no cronograma dos trabalhos.

– Os técnicos do consórcio

Furnas/Odebrecht, responsável pelo estudo de viabilidade do projeto, informaram que as obras têm de se iniciar entre março e setembro do ano que vem para que se cumpra a expectativa de que as primeiras turbinas comecem a gerar energia em agosto de 2012. O governo não pode esperar o próximo apagão para se arrepender de não ter tomado as medidas necessárias no tempo correto – avaliou Raupp.



Fátima Cleide recebe carta pedindo a defesa dos direitos de jovens indígenas

Fátima Cleide registra 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta

A realização do 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta, que teve início na quarta-feira e se estende até domingo, em Brasília, foi registrada por Fátima Cleide (PT-RO). A parlamentar lembrou sua história de nativa da região e sua identidade com o povo de Rondônia e com os povos da Amazônia.

Também ontem, um grupo de indígenas de sete estados, os quais estão em Brasília para participar do encontro, foi ao gabinete de Fátima Cleide para entregar um documento em defesa dos di-

reitos de adolescentes e jovens indígenas. A senadora representou duas frentes parlamentares: a em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e a em Defesa dos Povos Indígenas.

O documento pede oportunidade de acesso ao ensino superior; criação de um núcleo de educação indígena federal; contratação de agentes de saúde para as tribos; financiamento de campanhas de educação sexual voltadas aos jovens; geração de empregos nas comunidades; e respeito à demarcação de terras.

Senador diz que não negociou acordo na CCJ

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) informa que não participou, na quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo para aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC 50/06) que acaba com o voto secreto no Congresso. Segundo disse, ele foi um dos senadores que questionaram, em Plenário, o acordo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário faz homenagem a pessoas com deficiência

O Senado reúne-se, às 9h, em sessão especial destinada a homenagear o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Em seguida, será realizada sessão de caráter não-deliberativo, reservada aos debates dos parlamentares, comunicados da Mesa e das lideranças, além da apresentação de propostas.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa, Alvaro Dias e Tião Viana

Subcomissão vai propor divisão de contribuições com os estados

Se depender da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, vai acabar o espaço de que desfruta a União para ampliar a arrecadação não compartilhada com estados e municípios mediante a criação de contribuições fiscais. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente do colegiado, vai articular a apresentação de emenda constitucional para incluir as contribuições no bolo dos recursos que são rateados com os demais níveis de governo, por meio dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

A sugestão foi apresentada ontem por Francisco Dornelles (PP-RJ), relator da subcomissão, durante mais outra rodada de discussões sobre uma proposta para a reforma do sistema tributário nacional. O expositor na reunião foi José Roberto Rodrigues Afonso, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

cedido temporariamente ao Senado para atuar como assessor técnico da subcomissão.

CPMF

Tasso Jereissati antecipou ainda, na reunião, que vai cobrar a proposta de reforma tributária que o governo havia prometido encaminhar ao Congresso, já como parte do debate em torno da renovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O alvo do requerimento de informações sobre a proposta será o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. O presidente da subcomissão observou que Appy também confirmou o compromisso sobre o envio da proposta ao Congresso, na audiência pública que marcou o início dos trabalhos do colegiado.

– Por desengano de consciência, vamos convidá-lo, mas tudo indica que, depois de enviar a proposta de renovação da CPMF, o governo não quer mais conversa sobre a reforma tributária – avaliou Jereissati.



Jereissati (D) acompanha exposição de José Roberto Afonso em audiência no colegiado

Economista sugere cadastro único de contribuinte e menos impostos

A criação de um cadastro único nacional e obrigatório de contribuintes foi apontada pelo economista José Roberto Afonso, do BNDES, como condição indispensável para integrar tributos e fiscais de todo o país. Segundo ele, trata-se também de parte essencial da preparação da futura reforma tributária. Em debate realizado ontem na Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, ele sugeriu ainda como medida preparatória a universalização do uso da nota fiscal eletrônica em todos os estados.

Afonso apresentou as linhas de uma proposta abrangente para modificar a estrutura tributária do país. Ele sugere a redução das dezenas de tributos atuais para não mais que três, com a fusão de muitos deles. Sobreviveria o Imposto de Renda (IR) e seriam criados o Imposto sobre Valor

Adicionado (IVA) e um imposto sobre propriedades.

Um dos formuladores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o economista afirmou que “as administrações aumentaram – e muito – a arrecadação, mas piorou a qualidade do sistema, com efeitos danosos para a competitividade da economia”.

José Roberto Afonso estimou que a carga tributária cresceu de 26,93% para 35,50%, de 1995 até 2006. Em 2007, avaliou, a proporção deverá alcançar 36,67%. O economista observou que esses níveis são muito superiores aos de países emergentes (26%) e chegam ao patamar verificado nos países mais desenvolvidos. Além disso, salientou que o Brasil está diante de tendência à recentralização da arrecadação na União, segundo ele “fator de crise federativa latente”.

Mesas do Senado e da Câmara promulgam, além da emenda que beneficia as prefeituras, a proposta que concede nacionalidade brasileira a filho de brasileiro nascido no exterior



Renan Calheiros, ao lado de Arlindo Chinaglia (quarto à esquerda), preside a sessão solene do Congresso Nacional

Congresso promulga emenda que aumenta recursos para municípios

As Mesas da Câmara e do Senado promulgaram na manhã de ontem, em sessão solene do Congresso Nacional, duas emendas constitucionais: a que aumenta os recursos destinados aos municípios e a que atribui nacionalidade brasileira às crianças nascidas no exterior, com mãe ou pai brasileiro, desde que sejam registradas em consulado.

A Emenda à Constituição 55/07 eleva em um ponto percentual os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Atualmente, o fundo é composto por 22,5% da arrecadação total do governo federal com dois tributos: o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Com a promulgação, o percentual sobe para 23,5%. Algumas estimativas prevêem que essa mudança aumentará em cerca de

R\$ 1 bilhão por ano os repasses aos municípios.

A proposta que originou essa emenda havia sido aprovada na Câmara dos Deputados no dia 14 do mês passado, sendo confirmada pelo Senado no último dia 29. Sua aprovação atende à demanda de prefeitos de todo o país, que estiveram por diversas vezes em Brasília. A última manifestação ocorreu no dia 29 de agosto, quando diversos prefeitos realizaram um encontro no Senado. A emenda altera o artigo 159 da Constituição federal.

Nacionalidade

Já a Emenda 54/07 visa assegurar o registro, em consulados, de filhos de brasileiros nascidos em países estrangeiros. Prevê-se que a medida poderá beneficiar cerca de 200 mil crianças. Segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), essa providência

era necessária porque há muitos casos em que filhos de brasileiros nascidos no exterior não podem ser registrados como brasileiros, a não ser que pelo menos um dos pais esteja no exterior a serviço do governo federal.

A mudança atinge um dos incisos do artigo 12 da Constituição federal e acrescenta um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A sessão do Congresso Nacional foi presidida pelo senador Renan Calheiros. Também estiveram presentes, entre outros, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; a relatora da proposta relativa ao FPM nessa Casa, deputada Rita Camata (PMDB-ES); o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski; e o prefeito do Recife, João Paulo Lima e Silva.

Lúcia Vânia defende maior repasse de tributos

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) parabenizou os prefeitos pela promulgação da emenda que aumentou os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ela pediu aos senadores a aprovação de proposta de emenda à Constituição de Osmar Dias (PDT-PR) que destina 10% da arrecadação com contribuições sociais e com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) aos municípios. A PEC 50/05 está na ordem do dia, para a primeira sessão de discussão.

Lúcia Vânia destacou a luta dos prefeitos pelo aumento dos recursos ao FPM, que deve resultar em mais R\$ 1 bilhão anuais. A sena-



Lúcia Vânia apóia destinação a municípios de 10% da receita de contribuições

dora citou relatório da Secretaria do Tesouro Nacional segundo o qual 261 municípios, de mais de 4 mil analisados, não cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal em 2005. O relatório aponta ainda

que 499 municípios gastaram entre 50% e 54% de sua receita com pessoal. Outro estudo mencionado por ela, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constata que cabe aos municípios a maior parte dos custos dos programas sociais do governo federal. Em cinco programas analisados, para cada R\$ 100 repassados, os municípios entraram com contrapartida de R\$ 233.

Lúcia Vânia cumprimentou pessoalmente o presidente da Associação Goiana dos Municípios e prefeito de Jussara (GO), Joaquim Castro Neto. A senadora recebeu apoio de Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Mão Santa (PMDB-PI) e Valter Pereira (PMDB-MS).

Leopoldo Silva



Malta: ameaça ao trabalho de atendimento a usuários de drogas

Malta cobra a revogação de norma da Anvisa

O senador Magno Malta (PR-ES) voltou a criticar a Resolução 101/01, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que disciplina as exigências mínimas para o funcionamento de serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas.

Em sua avaliação, a medida prejudica o trabalho executado por milhares de entidades e voluntários que se dedicam ao atendimento de usuários de drogas em todo o país, a exemplo das ações desempenhadas por religiosos. O parlamentar disse esperar a revogação da resolução por Agnelo Queiroz, que, na quarta-feira, teve sua indicação para o cargo de diretor da Anvisa aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– A resolução da Anvisa é criminosa. Lula me deu garantias de que a Anvisa vai mudá-la. No Espírito Santo, as entidades que recuperam drogados são quase 3 mil. O que será dessas instituições que estão na ponta fazendo o que o Estado não faz? Droga não é problema de saúde pública. É um problema de caráter, de intoxicação, e um problema espiritual – assinalou o senador.

Mesa decide pelo envio do pedido de abertura de novo processo contra Renan Calheiros por quebra de decoro, protocolado pelo PSOL

Conselho de Ética recebe quarta representação

A Mesa do Senado decidiu ontem, por unanimidade, encaminhar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a quarta representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. O pedido de abertura de processo de investigação, protocolado pelo PSOL, visa apurar denúncia de que Renan e o lobista Luiz Garcia Coelho teriam montado um esquema para desviar recursos de ministérios comandados pelo PMDB. O esquema funcionaria de maneira a beneficiar o banco BMG e demais instituições financeiras interessadas em receber concessão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para operar com empréstimos



Tião Viana (C), entre Malta (E), César Borges, Camata e Efraim, preside reunião da Mesa do Senado

consignados a aposentados da Previdência.

De acordo com o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que conduziu a reunião, o entendimento de alguns membros da Mesa é de que a denúncia refere-se mais a uma queixa-crime do que a quebra de decoro. No entanto, explicou, para

acolher a ação, os senadores basearam-se no artigo 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Res. 20/93), que limita a atuação da Mesa, em casos de representações protocoladas por partidos contra senadores, ao encaminhamento ao Conselho de Ética.

O vice-presidente disse ainda que é contrário à uni-

ficação das três representações contra Renan num só processo, pois “regimentalmente, ninguém pode juntar matérias distintas”. Entretanto, opinou favoravelmente à votação dos três processos, em Plenário, no mesmo dia.

– Votação no mesmo dia, mas com três relatores diferentes e três relatórios

distintos – ressaltou. Já para o 2º vice-presidente da Mesa, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), as três representações não são distintas, pois tratam, todas, de quebra de decoro parlamentar contra um mesmo senador.

Histórico

O primeiro processo pela cassação foi aprovado no conselho, mas rejeitado no Plenário. Outras duas representações contra o presidente do Senado estão em curso no colegiado. Uma delas investiga se Renan teria praticado tráfico de influência em favor da cervejaria Schincariol. A outra tem por base denúncia de que ele teria comprado, por meio de “laranjas”, duas emissoras de rádio e um jornal de Alagoas.

Renan: “Não se pode tirar da oposição o direito de obstruir”

Pouco antes de deixar o Senado na manhã de ontem, o presidente da Casa, Renan Calheiros, declarou que não se sente constrangido com a obstrução que a oposição faz em relação às votações do Plenário. Ele disse que a oposição já fez obstrução outras vezes e, mesmo assim, nunca o Senado votou tanto quanto nos últimos dois anos. “Você não pode tirar da oposição o direito de obstruir”, argumentou Renan para, em seguida, ouvir um repórter indagar se isso não é constrangedor.

– De forma nenhuma. O Senado deliberou por 46 votos que eu deveria ficar, permanecer. Foi uma deci-



Renan acredita que dificuldades atuais estarão logo superadas

são coletiva – frisou.

Renan afirmou ter uma relação pessoal muito boa com todos os senadores e ressaltou que as dificuldades logo serão superadas.

– Isso é uma questão política que tende a se esvaziar – observou.

Para Prodasen, votação secreta é inviolável

A diretoria da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), em resposta a consultas sobre a possibilidade de acesso a votos em sessões fechadas, divulgou nota esclarecendo que o atual sistema foi desenvolvido pela Universidade de Campinas para garantir a inviolabilidade das votações secretas. O Prodasen explica que, após a votação eletrônica, é impossível recuperar o resultado, é como se “as cédulas tivessem sido incineradas”.

Agripino prevê “luta estafante” para recuperar credibilidade

O senador José Agripino (DEM-RN) afirmou ontem que o Senado viveu uma semana tensa, salientando que a luta pela recuperação da credibilidade da instituição é “trabalhosa, estafante e estressante”. Ele lamentou a ausência, na pauta de votações do Plenário, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim do voto secreto em todas as deliberações do Congresso, conforme proposição do senador Paulo Paim (PT-RS).

– O Brasil deseja acabar com o voto secreto e com a sessão secreta para o processo de cassação – opinou.

Em seu discurso, Agripino



De acordo com Agripino, Brasil deseja o fim do voto secreto

no também defendeu melhoria salarial para os fiscais federais agropecuários, que se encontram em greve. A categoria, informou, recebe os menores salários entre aqueles servidores que compõem as carreiras típicas de Estado.

Moreira Mariz



Virgílio também elogia o trabalho do Instituto da Cidadania Brasil

Tuberculose volta à lista de doenças que mais matam no país, alerta Arthur Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) advertiu sobre o retorno da tuberculose ao topo do ranking das doenças que mais matam no Brasil. O senador disse ter recebido correspondência de um engenheiro do Rio de Janeiro informando sobre a disseminação da doença na população carcerária e

nas ruas da cidade.

– Uma pessoa infectada expele 35 mil bacilos de Koch quando tosse – assinalou.

Virgílio também cumprimentou o Instituto da Cidadania Brasil pelo trabalho que desenvolve junto a 1,2 milhão de alunos em todo o país com a distribuição do

livro *Construindo a nação*. A obra ensina princípios de cidadania, transparência na administração pública, ética, responsabilidade e democracia.

Ainda em seu pronunciamento, o senador criticou o livro *Nova história crítica*, distribuído pelo Ministério da Educação, que “procura

incutir nas crianças que o capitalismo é mau e o socialismo é bom” e apresenta Mao Tse Tung como um grande estadista.

– Para mim, Mao é um assassino – opinou.

O senador ainda registrou a vitória do governo do Amazonas no Supremo Tribunal Federal (STF),

que acolheu ação direta de inconstitucionalidade contra normas do governo do Paraná que criam vantagens tributárias para a indústria eletroeletrônica daquele estado. Ele explicou que alíquotas diferenciadas de ICMS prejudicariam o Pólo Industrial de Manaus.

Alvaro solicita pesar por morte de empresário

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento quarta-feira, em Curitiba, do empresário Carlos Antônio Almeida Ferreira, que também atuava como articulista dos jornais *Diário do Sudoeste* e *Diário de Guarapuava*. O senador informou que o prefeito Roberto Viganó, de Pato Branco (PR), cidade onde residia o empresário, decretou luto oficial de três dias.

Flávio Arns destaca intensa visão social

Flávio Arns (PT-PR) também lamentou a morte do empresário paraense Carlos Antônio de Almeida Ferreira. O parlamentar destacou que o empresário, natural de Belém (PA), foi funcionário do Banco do Brasil e ocupou a diretoria de alguns bancos no Paraná, além de atuar como jornalista.

– Ele tinha uma visão social muito intensa e uma interlocução fácil com todos os setores da sociedade – disse.

Malta propõe audiência sobre exame da OAB

Magno Malta (PR-ES) afirmou ontem, à Agência Senado, que pretende solicitar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a realização de audiência pública para debater a abolição do exame da Ordem dos Advogados do Brasil, proposta por Gilvam Borges (PMDB-AP). Malta, que é relator do projeto, antecipou que deverão ser realizadas também discussões nos estados do Espírito Santo e do Amapá.

Governo e oposição divergem sobre mérito pela redução da pobreza

A diminuição da pobreza no Brasil, revelada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada esta semana, foi atribuída por Eduardo Suplicy e Renato Casagrande,

da base de apoio ao governo, ao aumento do salário mínimo e às políticas sociais adotadas por Lula. Já Marconi Perillo, da oposição, disse que o PT pode ser acusado de apropriação indébita, referindo-se aos

programas econômico e social do governo FHC seguidos pelo atual. O também opositor César Borges observou que estados do Nordeste registraram redução menor de pobres do que os estados mais ricos.

Marconi Perillo



Jane Araújo

“Lula colhe frutos da boa política econômica de FHC”

Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que os bons números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios se devem à política econômica do governo Fernando Henrique. “Lula colhe os frutos da boa política econômica do governo passado”, ressaltou.

Ao lembrar que o atual governo e os petistas comemoram o fato de o rendimento médio do brasileiro ter chegado a R\$ 988 no ano passado – aumento de 7,2% em relação a 2005 –, o senador disse que “eles fazem questão de ignorar” que em 1996, no governo FHC, o rendimento médio chegou a R\$ 975 por mês.

Marconi sustentou que o PT pode ser acusado “por apropriação indébita” do programa econômico e até da parte social da administração Fernando Henrique. Salientou que o governo Lula unificou os vários programas sociais do governo passado por recomendação dos especialistas do governo que o antecedeu.

– Bolsa-Escola, Vale-Gás e outros viraram o Bolsa Família. Aliás, eu próprio recomendei ao presidente que juntasse os programas e pagasse as famílias com cartão magnético.

Eduardo Suplicy



Jane Araújo

Melhoria resulta de salário mínimo e programas sociais

Ao comemorar os dados que apontam para a diminuição da pobreza no governo do PT, Eduardo Suplicy (PT-SP) citou pesquisa do professor Marcelo Cortes Néri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo a qual a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria sofreu uma baixa significativa desde 2003. As informações estão no trabalho *Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda – O Real do Lula*, divulgado esta semana.

O senador destacou que, em 2003, a proporção de miseráveis estava estabilizada em 28,17%. Em 2006, segundo a pesquisa, a taxa baixou para 19,3%. Ele atribuiu os bons números ao aumento do salário mínimo e às políticas sociais do governo Lula, em especial o Bolsa Família.

Violência no DF

Suplicy também prestou solidariedade ao jornalista Amaury Ribeiro Júnior, do *Correio Braziliense*, que foi baleado na quarta-feira, quando fazia reportagem sobre a violência no Entorno de Brasília. O jornalista foi operado e passa bem. Para o senador, o episódio é um “atentado à liberdade de imprensa”.

César Borges



Leonardo Silva

Desigualdade entre regiões torna-se maior

Apesar de expressar sua satisfação com o fato de que cerca de 6 milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza em 2006, o senador César Borges (DEM-BA) lamentou que a redução do número dos que ganham mensalmente menos de R\$ 125 *per capita* tenha sido maior nos estados mais ricos. Ele leu trechos de matéria de *O Globo* de hoje, intitulada “Desigualdade até na pobreza”, mostrando que o Nordeste teve uma diminuição menor de pobres do que os estados mais ricos.

– Lamentavelmente, não existem políticas específicas para combater essas desigualdades. O que estamos fazendo é aprofundar cada vez mais o fosso entre os estados mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos.

O estudo *Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda: O Real do Lula*, do economista Marcelo Néri – base da reportagem daquele jornal –, apurou que, depois de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina foi o estado que registrou maior redução do percentual de pobreza. Dos estados nordestinos, seis tiveram índice de redução inferior à média nacional.

Renato Casagrande



Leonardo Silva

Cai diferença na qualidade de vida entre ricos e pobres

Renato Casagrande (PSB-ES) disse que, apesar de ainda longe de um padrão de vida com tudo o que o trabalhador brasileiro tem direito, os números apresentados pela pesquisa são animadores.

– É na corrida do governo Lula por mais justiça social que a desigualdade continua caindo, consistentemente, como mostra o recuo de três pontos no índice Gini, atingindo o número 0,541 – afirmou.

Ele observou que o coeficiente Gini é um medidor internacional de desigualdade que vai de 0 a 1, em que zero é a melhor situação possível. “Podemos afirmar, sem medo de errar, que a diferença na qualidade de vida entre ricos e pobres vem caindo.”

Casagrande creditou esse resultado à expansão dos negócios da iniciativa privada, às oportunidades de emprego e renda, às políticas públicas e aos programas de assistência social que o governo oferece aos mais pobres. Assinalou que o analfabetismo também caiu e que os reajustes do salário mínimo e o Bolsa Família ajudaram a derrubar, pela primeira vez em 15 anos, os indicadores de miséria.



Moreira Maritz

Jayme Campos pede rapidez na votação de proposta

Jayme Campos cobra regras sobre novos municípios

Jayme Campos (DEM-MT) pediu pressa para a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 13/03) que determina a edição de lei complementar estadual estabelecendo requisitos mínimos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Apresentada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a proposição, que tramita na Casa, também resguarda os direitos dos municípios criados após a vigência da Emenda Constitucional 15/96, que regula a questão.



Moreira Maritz

Rosalba cita alternativas como uso de energia solar e adutoras

Rosalba pede ação do governo no combate à seca

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou que falta “vontade política” ao governo para implantação de ações efetivas de combate à seca no Nordeste.

Embora acredite que a transposição do São Francisco “vá trazer soluções em alguns trechos”, ela lembrou que outras alternativas podem ser úteis para “aposentar” o carripa. Ressaltou que a energia solar, a construção de adutoras simplificadas e a perfuração de poços podem contribuir para combater a estiagem no semi-árido.

Garibaldi: marcos regulatórios são as leis que interessam

Garibaldi Alves (PMDB-RN) pediu aos demais senadores que olhem com mais carinho para o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Subcomissão dos Marcos Regulatórios.

– Os marcos regulatórios são as leis que realmente interessam ao país. Temos leis demais para algumas coisas e leis de menos para outras – afirmou.

De acordo com o senador, essas leis são necessárias ao crescimento econômico que o Brasil deveria ter. Garibaldi disse que é uma tendência global a iniciativa privada se incumbir diretamente das atividades, enquanto o Estado garante a qualidade dos serviços por meio da regulação, coibindo práticas perniciosas de mercado.

– Não sou um privatista, mas tenho certeza de que o passo da privatização foi acertado para a maioria das atividades econômicas. É preciso haver uma regulação eficiente para ser uma garantia para o investidor, para o Estado e para o consumidor – defendeu.

Jayme Campos (DEM-MT) ressaltou, em aparte, que ficou “abismado” quando algumas pessoas passaram a defender a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce, “aumentando a sensação de insegurança jurídica de quem quer investir no Brasil”. Já Edison Lobão (DEM-MA) mencionou ter sido contrário à privatização da Vale, mas, uma vez que foi vendida, não é possível retroceder. José Agripino (DEM-RN) disse que “o anúncio das parcerias público-privadas (PPPs) foi feito como se fosse uma salvação da pátria, mas o que se constatou é que a máquina pública está desaparecida”.



Há leis demais para certas coisas e de menos para outras, diz Garibaldi

Em audiência na CCT, representante do Ministério das Comunicações afirma que digitalização vai aumentar o número de emissoras de rádio disponíveis no país



David Britto, João Eduardo Ferreira, Marcelo Bechara, Wellington Salgado, Alan Fischler e Roberto Barbieri

Rádio digital facilita acesso à informação, diz consultor

O rádio digital pode aumentar o número de emissoras de rádio disponíveis no país. O principal objetivo da implantação do sistema é promover a democratização do rádio no Brasil, de acordo com o consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara. Ele participou, ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), da terceira audiência de debates sobre a implantação do rádio digital, que estão sendo realizados por requerimento do presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG).

Também na audiência, o diretor-técnico da Semp Toshiba, Roberto Barbieri, afirmou que, com o tempo, os preços dos aparelhos

devem cair, mas que, em um primeiro momento, o maior potencial de mercado para o rádio digital serão os grandes centros urbanos, pois os valores serão altos: cerca de R\$ 300 para receptores e custo de até R\$ 100 mil para transmissores.

– O que encarece os aparelhos são os royalties a serem pagos ao detentor da patente – frisou Roberto Barbieri.

O senador Flávio Arns (PT-PR) questionou como ficará a situação das rádios comunitárias diante da nova tecnologia. Barbieri explicou que essas são rádios com pouco alcance e que, por isso, não há condições técnicas para que adotem a tecnologia digital.

O diretor industrial da

fabricante de equipamentos para emissoras de rádio MTA Eletrônica Industrial, João Eduardo Ferreira, disse que a inexistência de rádios digitais portáteis é uma desvantagem do veículo.

Já o diretor da Quality Software, David Britto, destacou que os aparelhos digitais precisam de softwares para funcionar, o que abre um novo mercado para os fabricantes de programas de informática.

Por sua vez, o chefe do Departamento de Telecomunicações do BNDES, Alan Adolfo Fischler, ressaltou que, para a implantação do rádio digital, a ideia é privilegiar as indústrias nacionais, possibilitando financiamento para o modelo como um todo.

Sociedade poderá sugerir emenda orçamentária

O exercício da cidadania por meio da iniciativa de leis será tema de audiências públicas a serem realizadas mensalmente pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), conforme requerimento do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), aprovado ontem.

A primeira audiência deve acontecer no dia 11 de outubro. Por ser véspera do Dia da Criança, Paim propôs que a reunião conte com a presença de crianças.

A partir da segunda audiência, os debates devem



Paim propõe audiências sobre iniciativa popular na legislação

acontecer na última quinta-feira de cada mês. Em 25 de outubro, a CDH pretende debater com representantes de entidades da socieda-

de civil as emendas que a comissão oferecerá ao projeto de lei orçamentária de 2008. Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que a experiência de orçamento participativo foi adotada em Porto Alegre e tornou-se referência internacional.

Nas demais reuniões, a CDH pretende discutir com a sociedade temas relacionados a preconceito, juventude, movimento sindical, meio ambiente, idoso, pessoa com deficiência, mulheres, desemprego, trabalhadores rurais e defesa do consumidor.

Efraim teme que inseto cause calamidade no Nordeste

A palma forrageira, importante fonte de alimentação dos rebanhos no Nordeste, está ameaçada em razão da infestação dos sertões pelo inseto cochonilha-do-carmim, destacou Efraim Morais (DEM-PB).

O senador manifestou temor de que o inseto venha a causar mais uma calamidade no Nordeste. A cochonilha-do-carmim é originária do México e do Peru e vinha sendo cultivada em laboratório pela Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária

Segundo Efraim, o inseto saiu do controle dos técnicos da empresa e se alastrou pelas áreas rurais de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, onde já destruiu cerca de 100 mil hectares de plantações de palma. A consequência imediata, de acordo com o senador, foi a queda na produção de leite, visto que, temendo o pior, muitos produtores estão se desfazendo de seu rebanho.

Mão Santa: saúde agoniza num Piauí que sofre pela seca

“A saúde agoniza num Piauí devastado pela pior seca dos últimos anos, que flagela mais de 1 milhão de pessoas”, denunciou Mão Santa (PMDB-PI), ao cobrar ajuda do governo federal. Ele disse que teve sorte quando governou o estado, “pois o governo federal era responsável e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) socorria quando necessário”.

– O presidente Lula vetou os instrumentos financeiros da Sudene, que ficou só no papel e na promessa. Em junho passado, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, prometeu liberar dinheiro para a compra de três carros-pipa, mas ainda não apareceu. E o governador do Piauí é do PT – observou.

Mão Santa afirmou que o salário de um médico da prefeitura de Fortaleza – comandada pelo PT – é de R\$ 727, frisando que nem mesmo um aprendiz do Serviço Nacional da Indústria



Efraim: alimentação dos rebanhos está ameaçada por infestação

– O pequeno produtor não está perdendo apenas sua fonte de renda, mas o próprio alimento. O gado é fonte de proteína importante para o nordestino e o gado vai morrer de fome. E isso não é o pior. A própria palma, planta resistente à seca, composta principalmente por água, é utilizada como alimento para os seres humanos também – disse.

O senador conclamou todo o Nordeste a se unir ao governo federal para tentar controlar a praga.



Segundo Mão Santa, a Sudene ficou só no papel e na promessa

(Senai) ganha tão pouco.

O senador Mário Couto (PSDB-PA) questionou, em aparte, onde estão os recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), uma vez que o governo garante que a maior parte da arrecadação desse tributo é destinada à saúde. Mário Couto também denunciou que a governadora petista do Pará, Ana Júlia Carepa, “não abre o hospital de Santarém, completo e equipado, porque foi construído pelo governador que a antecedeu”.

Em dia de muitas votações, Comissão de Infra-Estrutura acata duas indicações presidenciais, projeto sobre contribuição e requerimentos para debates

Comissão aprova indicação de brigadeiro para a Anac

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do major-brigadeiro-do-ar Allemander Jesus Pereira Filho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para complementar o mandato do coronel Jorge Luiz Brito Velozo, que pediu demissão do cargo em 28 de agosto último. Como o mandato de diretor da agência é de cinco anos, o major-brigadeiro ficará no cargo até 2010, caso o Plenário do Senado também aprove a indicação.

Allemander Filho exerceu vários cargos no extinto Departamento de Aviação Civil (DAC) por 26 anos, entre eles o de chefe do Subdepartamento de Infra-Estrutura, o de diretor-geral do Instituto de Aviação Civil (IAC) e o de chefe da Divisão de Infra-Estrutura Aeroportuária. Atualmente, o major é o coordenador de projetos da Fundação de Serviços de Defesa e Tecnologia de Processos,

Para Allemander, segurança deve ser dogma na agência

Ao ser sabatinado ontem pela Comissão de Infra-Estrutura, o major-brigadeiro-do-ar Allemander Pereira Filho revelou que irá focar a sua atuação na canalização de mais recursos para a área técnico-operacional. Essa determinação, explicou, inclui melhoria de pistas e pátios, aquisição de novos equipamentos e minuciosa fiscalização em aeronaves.

– O Brasil não pode ter outros acidentes aéreos do calibre dos registrados com os aviões da Gol e da TAM – disse Allemander Filho, ao comprometer-se com os senadores que irá trazer para a Anac o “dogma segurança” que, observou, sempre existiu no extinto Departamento de Aviação Civil (DAC).



Allemander Filho fala aos senadores da CI, presidida por Marconi Perillo

consultor de aviação da empresa Aircon e professor do Instituto do Ar, da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro.

O relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), acredita que a indicação de Allemander Filho para a Anac tem tudo para ajudar a aviação civil a sair da crise em que se encontra.

Críticas

Durante a reunião, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) enfatizou que a crise aérea ainda persiste. Mas observou que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, está tentando transformar a Anac em um órgão técnico,

e não político. O senador José Maranhão (PMDB-PB), que é aviador, aplaudiu a indicação do militar para o cargo, por se tratar de um profissional da área. Já a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) solicitou ao major-brigadeiro que, caso seja confirmado para o cargo, adote medidas no sentido de proteger os usuários.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou ao militar que a aviação civil no Brasil “não é segura” e avaliou como “desastroso” o trabalho das agências reguladoras em operação no país.

Projeto prevê mudanças na cobrança de alíquotas da Cide

Foi acolhido ontem pela Comissão de Infra-Estrutura parecer favorável a projeto que promove a equalização das alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível, aplicadas aos querosene e à gasolina utilizados na aviação. O projeto vai beneficiar os aviões de baixa velocidade, pequenos hidroaviões e aeronaves empregadas nos serviços de táxi aéreo e atividades agrícolas, segundo o relator, senador Eliseu Resende (DEM-MG).

Pelo projeto (PLC 67/05), do então deputado Roberto Balestra, a gasolina utiliza-

da na aviação, atualmente sujeita à alíquota de R\$ 860,00 por metro cúbico – válida para qualquer tipo de gasolina –, passa a ser de R\$ 92,10 por metro cúbico, mesmo valor válido para o querosene de aviação.

Segundo o relator, o projeto corrige distorções existentes na aplicação da Cide-combustíveis, que onera diferentemente produtos destinados à mesma finalidade. Há uma disparidade na aplicação dessas alíquotas, disse o senador, e o projeto, ao propor sua equalização, faz com que a gasolina de aviação passe a receber tratamento diferenciado da gasolina comum, equiparando-se ao querosene de aviação.

A matéria ainda será analisada pelo Plenário.

Audiência sobre acidente de trens em Nova Iguaçu

O acidente envolvendo dois trens no dia 30 de agosto em Austin, Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ), será tema de debate em audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura (CI). Requerimento nesse sentido foi aprovado pelo colegiado na reunião de ontem.

A data para a audiência pública ainda será marcada. O requerimento é de autoria da senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, e do senador Marcelo Crivella (RJ), líder do PRB.

Outra audiência a ser promovida pela CI – com data a ser marcada – vai discutir a situação dos transportes ferroviários do país, com vistas a examinar a possibilidade de investimentos, custo, segurança, rapidez e modernização do setor. O senador Valdir Raupp (RO), líder do PMDB, foi o autor da proposta.

CPMF em debate com Mantega e presidente da Fiesp

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, serão convidados a participar de audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura para discutir os parâmetros da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a prorrogação de sua cobrança.

Requerimento solicitando a audiência – que ainda será marcada – foi aprovado ontem, tendo como autores Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da comissão, e Expedito Júnior (PR-RO).

O texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a CPMF até 2011 e mantém a alíquota em 0,38% ainda precisa ser aprovada em segundo turno na Câmara e, posteriormente, em mais dois turnos de votação no Senado.

Nome de Heraldo Consentino é acolhido como diretor do Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem a indicação de Heraldo Consentino para exercer o cargo de diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A matéria ainda será votada pelo Plenário. O relator da mensagem do presidente da República foi Eliseu Resende (DEM-MG).

Heraldo Consentino é natural de Jaboaão dos Guararapes (PE), graduou-se em Administração de Empresas e tem mestrado em Planejamento e Gestão Organizacional. Segundo Eliseu Resende, o indicado tem ampla experiência como auditor externo independente, tendo atuado mais de 30 anos como auditor de empresas do setor. Desde 24 de abril de 2003, Consentino vem desempenhando a função de subsecretário de Planejamento de



Indicação de Consentino ainda será analisada em Plenário

Orçamento do Ministério dos Transportes.

Durante os debates na comissão, o indicado declarou que existe um estudo de retomada de planejamento estratégico que pretende distribuir de forma mais adequada os recursos destinados ao setor. Hoje, o modelo adotado é concentrado em rodovias, argumentou ele, e o plano busca melhorar a distribuição dos modais na área de transporte, com vistas a diminuir o custo Brasil.



Viana: lei suspende aulas em período de baixa umidade do ar

Tião Viana pede suspensão das aulas no DF

Tião Viana (PT-AC) pediu ao governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM), o cumprimento da Lei Distrital 1.590/97, que determina a suspensão das aulas nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio nos períodos em que a umidade relativa do ar alcançar índices muito baixos.

– Não entendo porque tal medida não está sendo adotada – afirmou Viana, lembrando que há 106 dias não chove no DF.

A lei, parcialmente lida pelo senador em seu pronunciamento, determina que a duração da suspensão, bem como a reposição das aulas suspensas, serão definidas pela Secretaria de Educação, com base nas previsões do órgão oficial de meteorologia.

O senador lembrou que os hospitais, particularmente os setores de emergências pediátricas, batem recordes de atendimento em agosto e setembro. Ele disse que escolas de Cuiabá já substituíram as aulas de educação física por aulas de xadrez e de jogo de damas. Em Uberlândia (MG), alunos assistem às aulas em meio a panos encharcados pendurados em janelas e carteiras.

Viana citou ainda estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) demonstrando que o desmatamento na região central do Brasil foi responsável pelo aumento em 1º Celsius na média da temperatura nos últimos 50 anos.

Indicado para a embaixada no Peru, Jorge Taunay defende aproximação com países vizinhos. Acatados também nomes para as Filipinas e o Vietnã



Em reunião presidida por Azeredo (2º à dir.), Lima Neto (E), Prates e Taunay concordam com reuniões informais

Diplomata acredita na integração sul-americana

A integração da América do Sul será a melhor resposta do Brasil ao novo cenário internacional, afirmou ontem o embaixador nomeado para o Peru, ministro de primeira classe Jorge D'Escagnolle Taunay Filho, cuja indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE). E o Peru, informou Taunay, pode ser considerado um dos países "mais entusiastas" com o processo de integração.

A defesa da aproximação com os países vizinhos foi feita por Taunay como resposta a um questionamento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) a respeito do papel do Brasil no momento em que surgem novos pólos de poder

no mundo, como China, Rússia e Índia.

– Embora tenham prioridades diferentes, os peruanos estão conscientes de que a integração é a resposta ao atual momento internacional – destacou Taunay, cuja indicação teve como relator *ad hoc* o senador Edison Lobão (DEM-MA).

Duas outras mensagens receberam parecer favorável da CRE. Elas contêm as indicações do ministro de primeira classe Alcides Gastão Rostand Prates para embaixador nas Filipinas e do ministro de segunda classe João de Mendonça Lima Neto para o cargo de embaixador junto ao Vietnã. As mensagens tiveram como relatores, respecti-

vamente, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

Contatos

Além de analisarem as indicações feitas pelo governo federal, os integrantes da comissão poderão manter contatos informais com os embaixadores brasileiros em outros países. A sugestão foi feita pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apoiou a proposta e lembrou já ter apresentado requerimento para que o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Mauro Vieira, compareça à comissão para conversar sobre a atual situação do Mercosul.

Senadores vão ao Pará investigar denúncia

Cinco senadores que integram uma comissão temporária externa estiveram hoje nas instalações da empresa Pará Pastoral e Agrícola S/A (Pagrisa), na cidade de Ulianópolis (PA), para investigar denúncias de uso de trabalho escravo. Os parlamentares conversaram com funcionários da empresa e ouviram a defesa da Pagrisa.

Após a visita, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Kátia Abreu (DEM-TO), Romeu Tuma (DEM-SP) e Cícero Lucena (PSDB-PB) não ficaram convencidos a respeito da procedência da denúncia. Eles poderão realizar uma audiência no Senado para ouvir os depoimentos de representantes da Pagrisa e do Ministério do Trabalho e Emprego, que autuou a usina de açúcar e álcool por uso de trabalho similar à escravidão.

Em Rondônia, CMO ouve sugestões

Após audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizada em Porto Velho, o relator-geral do projeto da lei orçamentária para 2008, deputado federal José Pimentel (PT-CE), afirmou que as sugestões apresentadas por deputados, vereadores, prefeitos e líderes comunitários devem ser transformadas em emendas ao projeto e serão encaminhadas aos senadores e deputados por Rondônia e a todos os membros da comissão.

– Considero uma audiência muito propositiva, que vai contribuir com o orçamento participativo, que é o ideal do dia de amanhã da República brasileira – afirmou José Pimentel.

A CMO realizará mais oito audiências sobre o Orçamento, em Belém, Cuiabá, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, João Pessoa, Florianópolis e Brasília.

Renan condena atentado contra jornalista

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota à imprensa manifestando, em nome da Casa, repúdio ao atentado praticado contra o jornalista Amaury Ribeiro Júnior, do *Correio Braziliense*, baleado no fim da tarde de quarta-feira quando realizava reportagem sobre a violência gerada pelo tráfico de drogas no Entorno do Distrito Federal.

“Quando a liberdade de imprensa é ameaçada,

quando jornalistas viram alvo da criminalidade, é o futuro das instituições democráticas que está em jogo”, assinala Renan Calheiros na nota.

O presidente do Senado ressaltou que é necessário enfrentar, em definitivo, os desafios da segurança pública e do narcotráfico, pois “a violência que torna os brasileiros reféns do medo também se arvora no direito de calar a imprensa”. A nota acrescenta que “a

força do tráfico e do crime organizado não conhece mais limites”.

Renan afirma ainda que tanto o repórter Amaury Ribeiro Júnior quanto o jornal *Correio Braziliense* merecem “aplausos pelo competente trabalho sobre a escalada da violência no Distrito Federal”. Lastimou que a violência seja hoje um problema generalizado, que não se restringe ao Distrito Federal, mas se verifica em todo o país.

Cristovam quer unir senadores de Minas Gerais, Goiás e DF

Ao opinar que uma guerra civil está sendo travada no Entorno de Brasília e lamentar que o jornalista Amaury Ribeiro Júnior, do jornal *Correio Braziliense*, tenha sido baleado na última quarta-feira quando apurava informações para uma reportagem sobre a violência no Entorno, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu à Mesa que organize uma reunião entre os senadores de Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás para buscar soluções para o problema.

Minas e Goiás são os estados aos quais pertencem os municípios localizados no Entorno do Distrito Federal que sofrem as consequências do crime organizado. Cristovam Buarque disse que, se para o cidadão comum não há diferença



Cristovam pede reunião para buscar soluções contra violência

entre a violência registrada no Rio de Janeiro, em São Paulo ou no Entorno de Brasília, para as instituições democráticas o recrudescimento da criminalidade nas proximidades da capital do país é mais dramático e perigoso.

– Nós, os nove senadores juntos, podemos encontrar um caminho para enfrentar a criminalidade que hoje ocorre na região – propôs.



Valter lamenta atentado contra jornalista na Cidade Ocidental

Valter Pereira: segurança tem pouco dinheiro

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) lamentou o atentado contra o jornalista Amaury Ribeiro Júnior, do jornal *Correio Braziliense*, baleado na noite de quarta-feira, na Cidade Ocidental (GO), durante reportagem para uma série especial sobre violência no Entorno do Distrito Federal.

O episódio levou o parlamentar sul-mato-grossense a criticar o volume de investimentos destinado pelo governo federal ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) da Segurança Pública e a cobrar maior vigilância nas fronteiras do Brasil com países vizinhos, porta de entrada para o tráfico de drogas e o contrabando de armas.

Em relação ao PAC da Segurança Pública, Valter Pereira apontou como problema o volume de investimentos anunciado até 2012 – R\$ 7 bilhões –, considerado insuficiente para ações mais audaciosas na área. O senador condenou também a ausência de recursos para cidades que fazem fronteira com outros países, como Corumbá (fronteira com a Bolívia) e Ponta Porã (fronteira com o Paraguai).

Arthur Virgílio solidariza-se com o Correio Braziliense

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento à Mesa manifestando solidariedade ao *Correio Braziliense* e ao jornalista Amaury Ribeiro Júnior, que sofreu um atentado na Cidade Ocidental, município do Entorno do Distrito Federal na última quarta-feira. O jornalista estava fazendo uma série de reportagens sobre o tráfico de drogas na região.

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Adelmir Santana (DEM-DF) subscreveram o requerimento.

– O jornalista foi baleado covardemente pelas forças do tráfico de drogas no Distrito Federal – acusou Virgílio.

O parlamentar criticou o fato de o jornalista ser impedido de trabalhar “da pior forma” e observou que o Senado “condena a prática do banditismo, que, infelizmente, é uma realidade lamentável e cada dia mais impune no país”.

Tião Viana (PT-AC) associou-se ao requerimento dos senadores e salientou que “a liberdade de expressão é um bem sagrado da democracia brasileira”.